

## ÍNDICE

Nota dos autores . . . . .	5
Administração pública no século XXI Em modo de ebulição? . . . . .	7
<b>Quarenta anos de evolução das relações entre os cidadãos e a Administração</b>	
<i>Fernanda Paula Oliveira, Carla Machado</i> . . . . .	11
I. Evolução das relações entre os cidadãos e a Administração por força do modelo de organização administrativa . . . . .	11
1. Evolução no sentido da descentralização e regionalização? . . . . .	11
1.1. O atual modelo constitucional português . . . . .	11
1.2. A Organização Administrativa no âmbito das transformações da atual Administração Pública. . . . .	13
1.3. A descentralização territorial . . . . .	16
2. Os cidadãos sentem-se mais próximos da Administração? . . . . .	18
3. Relação com a União Europeia: reforço do poder do Estado ou das entidades infra estaduais? . . . . .	19
II. Evolução das relações entre os cidadãos e a Administração no âmbito da ação (atuação) administrativa. . . . .	22
1. Atuação unilateral da Administração. . . . .	22
1.1. Evoluiu a prática de atos administrativos? . . . . .	22
1.2. Reforçou-se o relevo da atividade regulamentar da Administração? . . . . .	23

1.3. Mais ou menor transparência na prática de atos administrativos? . . . . .	24
1.4. Negociação ou concertação com os destinatários? . . . . .	27
2. Reforço da contratação . . . . .	33
3. A democracia participativa . . . . .	36
III. Implicações do procedimento administrativo na evolução das relações entre os cidadãos e a Administração . . . . .	38
1. Novas tendências procedimentais. . . . .	38
2. A complexificação dos problemas e a complexificação dos procedimentos (que envolve novos atores) . . . . .	41
3. Os princípios subjacentes à atividade administrativa (alguns princípios demonstrativos da evolução da Administração na relação com os particulares no sentido da maior transparência, imparcialidade independência e eficácia). . . . .	43
4. Evolução em matéria e proteção jurisdicional . . . . .	46
V. Relação dos cidadãos com a Administração: evolução . . . . .	48
1. Cada vez mais os cidadãos estão no centro das preocupações da Administração . . . . .	48
2. Os cidadãos podem cada vez mais reivindicar os seus direitos e liberdades perante a Administração . . . . .	49
3. Os cidadãos dispõem crescentemente de garantias, mas... . . . . .	49
4. Existe crescentemente uma administração eletrónica que tem como finalidade última servir os particulares . . . . .	50
<b>Folhas Leva-as o Vento: Por uma Administração sem Papel</b>	
<i>Paula Oliveira, Carla Machado</i> . . . . .	51
I. Inventariação dos Procedimentos Administrativos Informáticos . . . . .	51
1. No direito da contratação pública . . . . .	53
2. Na fiscalidade . . . . .	54
1.1. Portal das finanças . . . . .	54
1.2. E-fatura . . . . .	55
1.3. Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS). . . . .	55
1.4. Informação empresarial simplificada (IES). . . . .	56
1.5. Certidão comprovativa da situação tributária ou contributiva. . . . .	56
3. No contencioso administrativo . . . . .	56
4. Na Administração geral, nacional e local . . . . .	58

4.1 Aquisição de casa . . . . .	59
4.2. No âmbito empresarial. . . . .	59
4.3. No âmbito da cidadania (serviços prestados aos cidadãos) . . . . .	61
4.4. Consagração de regimes jurídicos que determinam regras de desmaterialização dos procedimentos administrativos e de centralização da submissão de pedidos e comunicações eletrónicos no «balcão do empreendedor» . . . . .	63
4.5. No procedimento administrativo em geral . . . . .	64
4.6. No domínio do urbanismo. . . . .	65
II. Razões para o Recurso aos Procedimentos Administrativos Informáticos . . . . .	66
III. Repercussões dos Procedimentos Administrativos Informáticos . . . . .	72
1. Consequências do recurso aos procedimentos administrativos informáticos do ponto de vista da eficácia procedimental. . . . .	72
1.1. Medidas relativas à criação de empresas . . . . .	72
1.2. Medidas relativas à eliminação de obrigações desnecessárias . . . . .	74
1.3. Medidas relativas aos cidadãos . . . . .	77
2. Consequências do recurso aos procedimentos informáticos do ponto de vista dos agentes públicos . . . . .	78
3. Consequências do recurso aos procedimentos informáticos do ponto de vista dos dados públicos . . . . .	79
4. Consequências do recurso aos procedimentos informáticos do ponto de vista dos utilizadores dos serviços públicos . . . . .	80
IV. Programa Simplex+ 2016: Algumas Medidas de Desmaterialização a Implementar . . . . .	85
1. Balcão único do emprego. . . . .	85
2. Siga SNS (Serviço Nacional de Saúde). . . . .	85
3. Nascer com médico de família e boletins de saúde eletrónicos . . . . .	86
4. Carta sobre rodas . . . . .	87
5. Balcão do óbito. . . . .	87
<b>O (novo) Cartão de Cidadão tem um rosto: é modernização!</b>	
<i>Carla Machado</i> . . . . .	89
<b>Eficiência energética na contratação pública</b>	
<i>Fernanda Paula Oliveira, Diogo Duarte de Campo, Carla Machado</i> . . . . .	95

I. Eficiência energética . . . . .	95
1. A eficiência energética: considerações introdutórias . . . . .	95
2 Os documentos . . . . .	97
II. Contratação pública e as políticas secundárias. . . . .	103
1. Considerações introdutórias . . . . .	103
2. As diretivas sobre contratação pública: o caminho de 2004 a 2014. . .	105
III. A promoção da eficiência energética através da contratação pública . . . .	118
1. As diretivas da contratação pública . . . . .	118
2. A diretiva da eficiência energética . . . . .	120
3. A legislação interna . . . . .	121
IV. A Eficiência Energética e a Construção de Smart Cities. . . . .	125
V. Conclusão . . . . .	129